

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE CAXIAS – CESC
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA-DHG
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

**ELIAN EMANUELLY COUTINHO
SOUZA DE SIQUEIRA**

MULHERES NEGRAS NA PÓS ABOLIÇÃO: uma análise hemerográfica.

CAXIAS-MA
2024

ELIAN EMANUELLY COUTINHO SOUZA DE SIQUEIRA

MULHERES NEGRAS NA PÓS ABOLIÇÃO: uma análise hemerográfica.

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura
Plena em Ciências Sociais do Centro de Estudos
Superiores de Caxias da Universidade Estadual do
Maranhão como requisito para obtenção do grau de
Licenciado em Ciências Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Arydimar Vasconcelos
Gaio.

CAXIAS-MA
2024

S918m Siqueira, Elían Emanuelly Coutinho Souza de

Mulheres negras na pós abolição: uma análise hemerográfica /
Elían Emanuelly Coutinho Souza de Siqueira. — Caxias: Campus Caxias,
2024.

39f.

Monografia (Graduação) – Universidade Estadual do Maranhão
– Campus Caxias, Curso de Licenciatura em Ciências Sociais

Orientador: Prof^a. Dra. Arydimar Vasconcelos Gaioso.

1. Mulheres negras. 2. Sexismo. 3. Racismo. 4. Abolição. I.
Título.

CDU 316.647.82-055.2

Elaborada pelo bibliotecário Wilberth Santos Raiol CRB 13/608

ELIAN EMANUELLY COUTINHO SOUZA DE SIQUEIRA

MULHERES NEGRAS NA PÓS ABOLIÇÃO: uma análise hemerográfica

BANCA EXAMINADORA



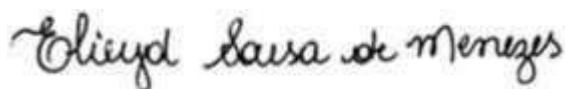
Profa. Dra. Arydimar Vasconcelos Gaioso (Orientadora)

Universidade Estadual do Maranhão



Prof. Mc. Maria do Amparo Moura Alencar Rocha

Universidade Estadual do Maranhão



Prof. Dra. Elieyd de Sousa Menezes

Universidade Estadual do Maranhão

Dedico este trabalho, às mulheres negras, em especial as que amo e admiro. Minhas mães e Minhas professoras e referências: Gleiciane e Elizete. Salve Lélia Gonzalez

Agradeço à minha família, meus avós, minhas mães, por me permitirem chegar até aqui tendo o privilégio de só estudar, a minha caminhada nunca foi pesada pois vocês dividiram o fardo.

Meu vô, e minha vó, obrigada do fundo do meu coração, o mérito da segunda geração da família estar se formando é toda de vocês. Eu daria minha vida, para que vocês tivessem a mesma oportunidade. Obrigada por darem a minha.

Minhas mães, vocês são meus exemplos. Cresci imersa na educação, com mães educadoras, líderes. Sempre vou olhar pra vocês com o olhar de admiração de quando eu era criança, eu ainda sou a de vocês.

Meu esposo, meu grande amor, meu companheiro, que prazer é viver a vida ao teu lado, que prazer foi viver a graduação contigo, obrigada por ter me ensinado o que sabe, por ter me incentivado adentrar ao mundo da pesquisa, você me potencializa. Te admiro, e estou feliz de poder viver esse sonho com você. Obrigada por confiar em mim.

Minha orientadora, que bom foi ter o privilégio de ser sua orientanda, nossa caminhada foi linda, obrigada por tudo que me ensinou, pelo apoio, pela compreensão, pela mulher competente que você é, sou sua fã pra sempre, falo orgulhosa de você por aí! Obrigada por tudo, mestra.

Obrigada aos meus amigos de curso, em especial: Ianca, Taylo Miguel, Ana Luyza Mororo, Antônio Nilson, com certeza encontrar pessoas especiais no processo é uma das partes mais lindas. Eu amo vocês.

Obrigada Ana Clara, Amanda, e Maria Helena, vocês fizeram toda diferença no meu processo de iniciações científicas

RESUMO

O presente trabalho é referente a situação social das mulheres negras nos primeiros anos que sucedem a abolição da escravidão no Brasil, ele nasce de uma pesquisa de iniciação científica sobre “representações sociais da mulher escravizada”, onde foi concluído aspectos da marginalização da vida de mulheres negras, com isso, nasce esse trabalho com o objetivo de compreender qual destino das mulheres negras na pós abolição. Para compreender o lugar socialmente ocupado pela mulher negra, este trabalho apresenta pesquisas realizadas em jornais oficiais do Estado do Maranhão e jornais da Imprensa negra, onde foram selecionados materiais que ajudassem a entender a situação social das mulheres negras, além das pesquisas nos jornais foi utilizado uma bibliografia especializada, entre os autores utilizados a pesquisa se embasa fundamentalmente em mulheres negras, escritoras e figuras importantes para o feminismo negro, como Lélia Gonzalez, Bell Hooks, e Sueli Carneiro. A partir das pesquisas realizadas foi concluído uma reprodução de padrões de posição de servidão para mulheres negras, mesmo livres permaneciam historicamente acorrentadas à construção racista e sexista, que representam barreiras nas suas existências.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres Negras, Sexismo, Racismo, Jornais, Abolição.

ABSTRACT

This work pertains to the social situation of black women in the early years following the abolition of slavery in Brazil. It originates from a scientific initiation research project on "social representations of enslaved women," which concluded aspects of the marginalization of black women's lives. Thus, this work was created with the aim of understanding the fate of black women in the post-abolition period. To understand the socially occupied place of black women, this work presents research conducted in official newspapers of the State of Maranhão and newspapers of the Black Press, where materials were selected to help understand the social situation of black women. In addition to the research in newspapers, specialized literature was used, with the research fundamentally based on black women, writers, and important figures for black feminism, such as Lélia Gonzalez, Bell Hooks, and Sueli Carneiro. Based on the research conducted, it was concluded that there is a reproduction of patterns of servitude positions for black women; even when free, they have historically remained shackled to the racist and sexist constructs that represent barriers in their lives.

KEYWORDS: Black Woman, Sexism, Racism, Newspaper, Abolition.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01: Jornal publicador maranhense 1886	08
FIGURA 02: A campanha órgãos de interesses populares 1902.....	11
FIGURA 03: Jornal o paíz 1919	15
FIGURA 04:Jornal o menelick. 1917.....	19
FIGURA 05: Jornal tribuna negra, 1935	21
FIGURA 06: Jornal Voz da raça, 1933	22
FIGURA 07: Jornal Notícias do Ébano	23
FIGURA 08: Jornal Rendeção, 1950	25
FIGURA 09: Revista Senza 1946.....	26
FIGURA 10: Jornal do Brasil 1950.....	27
FIGURA 11: Foto grupo rosas negras (portal Geledés).....	32

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Tabela de jornais maranhenses	13
---	----

LISTA DE SIGLAS

SIGLA 01: IHGC- INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAFICO DE CAXIAS.....	7
---	---

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO: a construção do objeto	2
2 O DISCURSO DO EROTISMO DA MULHER ESCRAVIZADA	6
2.1 – Pensamento Ocidental e Noções de Humanidade x Animalidade	6
2.2. A Desumanização dos Escravizados	8
2.3. Mulheres Negras e Sexismo.....	9
3 MULHERES NEGRAS NOS JORNAIS PÓS ABOLIÇÃO (JORNAIS OFICIAIS DO MARANHÃO, E JORNAIS DA IMPRENSA NEGRA BRASILEIRA).....	15
3.1 Quem pode falar?.....	17
3.2 Imprensa Negra	19
4 OS LUGARES DESIGNADOS PARA MULHER NEGRA NA PÓS ABOLIÇÃO	31
4.1 Mulheres Negras e o Servir	31
4.2 Mulheres Negras e Luta	34
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	38

1 INTRODUÇÃO: a construção do objeto

O presente trabalho originou-se do projeto de pesquisa de iniciação científica “Representações da mulher escravizada em Caxias-MA” que faz parte de um projeto maior, idealizado pela professora Dra. Arydimar Gaioso: “DITOS E ESCRITOS DA ESCRAVIDÃO EM CAXIAS NO SÉCULO XIX: Revisitando interpretações da história da escravidão”. a pesquisa tinha por objetivo revisitar essas interpretações através dos jornais maranhenses, e caxienses, dentro do contexto histórico da escravidão. Ao pesquisar nos jornais as representações das mulheres escravizadas foi possível perceber a marginalização social, através de anúncios de venda, aluguel de escravizadas, sendo retratadas como mercadoria.

A pesquisa teve enfoque na forma como mulheres negras foram duplamente exploradas, nos trabalhos braçais das lavouras juntamente com os homens, e por serem mulheres exploradas também nos trabalhos domésticos, podendo perceber nos jornais o aparecimento de termos “escravizada doméstica” e “amas-de-leite”. na pesquisa foi discutido a vivência dessas mulheres na casa dos senhores, e as violências sofridas por estas decorrentes ao racismo e o sexismo. A partir dos resultados da pesquisa, surgiram questionamentos sobre a situação da mulher negra na pós-abolição, portanto o objetivo do presente trabalho é buscar nos jornais conteúdos que contribuam com o entendimento da representação social da mulher negra na pós abolição.

Para efetivar o objetivo dessa pesquisa, foram realizadas buscas nos jornais do Maranhão, compreendendo os períodos iniciais da pós abolição, adentrando os primeiros anos da república. As buscas aconteceram nos jornais disponibilizados no Instituto Histórico e Geográfico de Caxias-MA (IHGC). No entanto, não foram encontrados materiais que colaborassem a atingir o objetivo da pesquisa. Nos jornais encontrados não haviam menções à mulheres negras. Essa ausência de informações sobre mulheres negras já é um dado, um indicativo de que as mulheres negras ex escravizadas não tinham espaço ou não eram motivos para registros em jornais, nem como amas de leite ou tabalhadoras dealuguel, como no período anterior.

Outro ponto é que a qunatidade de exemplares disponíveis no IHGC ao período

pesquisado eram limitados. Com isso, foram realizadas buscas por jornais maranhenses na Hemeroteca Digital Brasileira, onde foram encontrados algumas menções que foram usadas nesta pesquisa. Importante ressaltar que mesmo que a Hemeroteca Digital dispusesse de um grande acervo, ainda houve dificuldade de encontrar nos jornais representações de mulheres negras. Tendo em vista a dificuldade de encontrar nos jornais oficiais do Maranhão, menções suficientes para construção desse trabalho, a pesquisa ampliou-se à jornais da imprensa negra, não foi encontrado material de jornais da imprensa negra no Maranhão, pois na fase pesquisada a Imprensa Negra ainda estava nos anos iniciais, e teve sua origem no sudeste do país, portanto, os jornais aqui apresentados são produzidos em São Paulo. A pesquisa dos jornais da Imprensa Negra possibilitou uma outra perspectiva a respeito da mulher negra, sobretudo sua posição política na sociedade. Entre estes jornais está o pioneiro da imprensa negra “Menelick” publicado pela primeira vez no ano de 1915, sendo idealizado pelo poeta e figura importante do jornalismo negro Deocleciano Nascimento, o jornal recebeu esse nome devido a Guerra da Abissínia contra a Itália, e o nome Menelick é uma homenagem ao rei da Abissínia. O jornal “A voz da raça” foi fundado por Francisco Costa em 1933, seu fundador era figura de destaque dentro da Frente Negra Brasileira, possuía um enfoque na conscientização política. O jornal “Tribuna negra” fundado em 1935 tinha como foco propagar a necessidade da união do povo negro em prol da luta, além das denúncias de exclusão social e preconceitos raciais.

É importante destacar que é reconhecida a necessidade de se apresentar de forma mais aprofundada a respeito dos jornais oficiais do Maranhão apresentados aqui, tais quais o posicionamento político dos proprietários. Essa análise demonstra o lugar social dos seus produtores. Todavia houve dificuldades no processo de procura dessas informações, pois são limitadas. O que foi possível encontrar, de forma geral, é que os proprietários dos jornais “O Paiz”, “Jornal Publicador Maranhense” “A Campanha” eram representantes políticos de partidos conservadores, e que isto refletia de forma muito clara nos discursos presentes nos jornais.

Para um melhor encamdeamento da temática abordada, o presente trabalho está estruturado em três capítulos, além da Introdução, nomeado como primeiro capítulo no qual apresento os processos de construção do objeto, e das Considerações Finais.

No capítulo dois denominado O DISCURSO DO EROTISMO DA MULHER ESCRAVIZADA apresento o discurso do erotismo da mulher escravizada, pois nas pesquisas dos jornais foi possível perceber o sexismo em relação às mulheres negras.

Portanto, o capítulo retoma o discurso do erotismo da mulher escravizada construído na colonização e sua repercussão na vida das mulheres negras na pós abolição. É traçado uma discussão acerca da sexualização da mulher escravizada e o processo de desumanização das mesmas. Para explicar a desumanização de escravizados, é apresentado ideias de Tim Ingold, antropólogo, que fala sobre o processo ocidental de desumanizar e animalizar o diferente, conjunto com o pensamento de Tim Ingold, é trazido reflexões do escritor Albert Memmi que explica sobre a necessidade do homem branco desumanizar, para justificar a exploração de negros. Sobre a sexualização de mulheres negras, foi utilizado os pensamentos da historiadora Sônia Maria Giacomini.

No capítulo três, MULHERES NEGRAS NOS JORNAIS PÓS ABOLIÇÃO (JORNAIS OFICIAIS DO MARANHÃO, E JORNAIS DA IMPRENSA NEGRA BRASILEIRA os jornais maranhenses e da Imprensa Negra são apresentados, de acordo com a apresentação dos materiais coletados nos jornais, há uma discussão do conteúdo exposto com o pensamento de teóricas do feminismo negro usadas nesta pesquisa, como: Lélia Gonzalez, Bell Hooks. Ao considerar as pesquisas nos jornais da Imprensa Negra, é explicado a ligação direta do Movimento Negro com a Imprensa negra, com base nisso são usadas neste capítulo pesquisas realizadas por Petrônio Domingues acerca das fases do Movimento Negro, que facilitam fazer a relação do conteúdo apresentado no jornal, com o pensamento da fase do movimento. A apresentação desses jornais permitem a discussão de questões como: o olhar sexista da sociedade sobre a mulher negra, o papel social da mulher em uma sociedade patriarcal, e o papel da mulher negra na luta contra o preconceito racial (em diferentes fases do pensamento do Movimento Negro).

O capítulo quatro, intitulado OS LUGARES DESIGNADOS PARA A MULHER NEGRA NA PÓS ABOLIÇÃO faz uma reflexão sobre quais posições as mulheres negras ocupam na pós abolição, sobretudo no âmbito econômico. Identificando na trajetória de mulheres negras o padrão de ocupar o lugar de serviço na limpeza, domésticas e babás. Levantando um debate sobre como mulheres negras estão submetidas à camadas de opressões que lhe colocam dentro de uma posição de maior subalternidade na sociedade, pois são acometidas pelo racismo e as questões de gênero.

Por fim, nas CONSIDERAÇÕES FINAIS o trabalho encerra falando sobre as mulheres negras como sujeitos ativos dentro da luta antirracista, pontuando as dificuldades enfrentadas por estas mulheres dentro do próprio movimento negro, o que inclui o não reconhecimento dessas mulheres como líderes e linha de frente, por este motivo, também não foram encontradas tantas informações.

2 O DISCURSO DO EROTISMO DA MULHER ESCRAVIZADA

Neste capítulo é apresentado como foram construídas noções ocidentais a respeito dos critérios estabelecidos para diferenciar o humano do animal, pois a partir dessa compreensão é possível visualizar quais foram os discursos utilizados para justificar a dominação de pessoas negras, e a forma que esses discursos atravessam pessoas negras em diferentes contextos históricos. O capítulo conta com as contribuições teóricas de autores como Tim Ingold (1995) que explica de forma pontual a construção do que é o “animal” a partir das diferenças de quem se considera o modelo de homem universal (ocidentais), e do autor Albert Memmi (1965) que explica de forma complementar ao pensamento de Tim Ingold, argumentando sobre como se dá o processo de desumanizar corpos escravizados. A extração da subjetividade de pessoas escravizadas é apontada pelo autor como fator crucial na desumanização de pessoas negras, a relevância de compreender esse processo é fundamental, pois em diversos momentos da pesquisa será possível ver exemplos de vezes que os corpos de mulheres escravizadas foram percebidos e utilizados de formas desumanas.

Poranto, este capítulo tende possibilitar um traçado entre construções ideológicas racistas no período colonial, e suas implicações na vida pós abolição de pessoas negras, sobretudo mulheres. Para compreender o sexismo sofrido por mulheres negras pós abolição, é preciso entender onde nasce o discurso da mulher negra associada à promiscuidade, e de que forma o discurso foi cristalizado ao longo do tempo, e é isso que este capítulo se propõe a fazer.

2.1 – Pensamento Ocidental e noções de Humanidade X Animalidade

O processo colonial de escravidão foi marcado por violência e crueldade. Escravizados sofriam castigos físicos desumanos. Para que a sociedade escravocrata pudesse normalizar tais abusos e justificá-los, foi necessário a construção da ideia do branco bom e do preto mal, seguindo a lógica dualista do pensamento ocidental.

No artigo *Selvagens, exóticos e demoníacos. Ideias e imagens sobre uma gente de cor preta* (2002), a autora Gislene Aparecida Santos explica que o processo de chegada dos europeus em terras africanas é tomado pelo estranhamento e fascínio, ao que eles

descreviam como “exóticos”. ao se deparar com diferenças se gera o espanto, o preconceito, que intimida e cria o sentimento de ameaça, que faz com que o homem europeu tente distinguir o povo africano do povo ocidental, tornando o negro o “outro” do branco. O “outro” segue a lógica de dualidade etnocêntrica:

Luz e sombra: opostos. Se o Branco representa a razão, o belo, o bom, o justo [...] a humanidade, ou seja, simboliza os valores desejáveis, o negro por sua vez, pode representar a desrazão, a loucura, o feio, o injusto, a animalidade (SANTOS, 2002, p.281).

O parágrafo acima permite observar que, ao escravizado, cabia tudo o que não era visto como bom; a eles cabia todo o “mau”. e a noção de bem e mau eram ditadas pela cultura e moral ocidental.

Em consonância com isso, o antropólogo Tim Ingold aborda sobre as noções de humanidade e animalidade na perspectiva ocidental, pontuando que o homem ocidental constrói a ideia do que é humano em diferenciação do que é animal. Os pontos considerados são a racionalidade, o intelecto e a moral. Tudo o que foge ao ideal de intelectualidade ocidental não é considerado conhecimento, tudo o que desvia do posicionamento moral ocidental é considerado selvagem e animalesco (INGOLD, 1994)

No texto *Humanidade e Animalidade* (1994), Tim Ingold traz a discussão sobre a história¹ de um navegante, tenente da marinha, chamado Nicolas Köping que relatava que no ano de 1647, ao navegar pela baía de Bengala avistou uma ilha onde os nativos possuíam caudas semelhantes à de gatos, e que estes eram habituados com atividades comerciais e com manuseio do ferro. Após o relato, pesquisas foram feitas sobre o caso, e entre os pesquisadores Tim Ingold cita o juiz escocês Lord Momboddo, que procurou investigar as continuidades e contrastes entre os homens e demais animais, além da tentativa de classificar os seres humanos em estados “natural” e “selvagem”. No caso narrado, Tim Ingold demonstra como pesquisadores como Momboddo questionaram a humanidade dos nativos da ilha pela presença da calda (fator biológico), e faz alusão a situação do escravizado onde a cor de pele representaria a calda, como um fator biológico, para além das determinações biológicas Ingold aborda as determinações culturais:

Para nós que fomos criados no contexto da tradição

1 Tim Ingold afirma que nunca ficou comprovado tal encontro. Entretanto, o que interessa aqui não é a veracidade do fato, mas o debate que surge em torno dessa situação e que, a partir dela, é possível refletir sobre a os critérios científicos (biológicos) que determinam os limites da animalidade e da humanidade

do pensamento ocidental, que os conceitos de 'humano' e 'animal' parecem cheios de associações e ambiguidades e sobrecarregados de preconceitos intelectuais e emocionais. Dos clássicos até os dias de hoje os animais têm ocupado uma posição central na construção ocidental do conceito de homem (INGOLD, 1994, p.11).

Como o texto demonstra a diferenciação do que é considerado humano e do que é considerado animal era carregada de preconceitos. Uma das determinações culturais mencionada é a intelectualidade: o povo ocidental considerava toda e qualquer expressão cultural diferente da sua como uma ausência de cultura, o que os caracterizava enquanto animais.

2.2. A Desumanização dos Escravizados

Desumanizar pessoas pretas foi ponto crucial para que justificassem os abusos da escravidão. Essa forma de classificação é percebida na forma como os escravizados eram categorizados no Brasil. Extrair a subjetividade de pessoas pretas foi propício para a lógica escravocrata, na qual seus corpos se tornaram mercadorias, sujeitos à venda, aluguel e lucro exclusivo dos senhores.

A abolição da escravidão não garantiu no sentido literal a liberdade, já que a sociedade escravagista não propiciou ao povo negro uma inserção justa no mundo do trabalho legal, ao negro coube a responsabilidade de se reeducar para caber nos moldes do “trabalho livre” até então desconhecido por eles (FERNANDES, 1965)

Partindo da premissa de que os ex-escravizados não possuíam condições materiais de serem responsáveis por si mesmos, tendo sido jogados ao trabalho livre de forma tão abrupta, muitas das mulheres que foram escravizadas que desempenhavam os trabalhos domésticos foram levadas a permanecer na casa dos “senhores”, em troca de moradia, alimentação e troca de favores, trabalhando de forma similar à escravidão.

É possível compreender que a abolição da escravidão não solucionou o problema do trabalho forçado e, além de não ter solucionado, criou novas barreiras para a sobrevivência do povo negro, pois desprovidos do acesso à educação e formação continuavam ocupando trabalhos socialmente considerados subalternos, o que criava um ambiente suscetível à exploração. Assim, mesmo que agora homens “livres”, ainda carregavam o fardo de não serem devidamente reconhecidos pelos trabalhos que

desempenhavam.

O não reconhecimento do trabalho físico e intelectual de pessoas negras pode ser compreendido a partir da associação que a sociedade escravagista faz do povo negro como um povo sem história, limitando-os apenas à um passado de escravo, considerando que o trabalho de servir pessoas brancas seria inerente à natureza do povo negro. O povo negro permaneceu e permanece sendo marginalizado, em todas suas contribuições sociais, suas contribuições intelectuais eram consideradas subprodutos de uma etnia inferior, o que fazia com que não ganhassem espaços nos veículos de comunicação como jornais no lugar de quem fala, isto é, como produtores de algum conhecimento.

Essa ausência foi notada no decorrer da pesquisa, nos jornais locais raramente foi encontrado menções de pessoas negras, fala-se isso, a partir de pesquisas que foram realizadas em alguns jornais de circulação no Estado do Maranhão, no período de tempo de (1889-1937), em jornais que estavam disponíveis para pesquisa no Instituto Histórico Geográfico de Caxias Maranhão (IHGC), e também nos disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira.

Na análise dos jornais, considera-se relevante falar sobre as figuras que estiveram no comando deles, e em sua totalidade eram homens brancos, e os cargos e títulos que carregavam sugeriam seus privilégios econômico/sociais. A relevância dessa consideração está no fato que as pesquisas realizadas nesses jornais têm por objetivo encontrar informações a respeito de mulheres negras, que compunham uma classe social completamente oposta aos donos dos jornais, e também possuíam o gênero que também os diferenciava socialmente em privilégios.

2.3. Mulheres Negras e Sexismo



Fonte: Jornal Publicador Maranhense 1886

A imagem acima foi retirada do Jornal Publicador Maranhense que elucida o tratamento dos corpos negros na categoria de mercadoria. O “paga-se bem” descrito na imagem é destinado aos senhores dos escravizados, e não a Ama-de-leite em questão. Outro ponto a frisar é a necessidade que a escravizada se apresente sem “cria”. Sobre isso, a autora Sônia Maria Giacomini (1988) em seu livro “Mulher e escrava” debate sobre como a maternidade era um símbolo crucial da feminilidade nesse contexto, e que sendo assim, quando mulheres escravizadas eram proibidas de exercer função maternal com seus próprios filhos para cumprir a obrigação imposta pelos senhores de Ama-de-leite, elas viam a negação da sua maternidade, a negação do “ser uma mulher”. para a sociedade escravista.

As amas-de-leite eram coagidas a colocarem os filhos dos senhores em condição de prioridade em relação aos seus, não importando qualquer laço afetivo que as mulheres escravizadas tivessem ou quisessem ter com seus próprios filhos, o maternar não contemplava mulheres negras, porque estas não eram consideradas humanas. A negação dos escravizados enquanto pessoas implicou diretamente na extração da subjetividade, como pode-se perceber no caso da negação da maternidade de mulheres escravizadas. Durante a pesquisa foi possível identificar a falta da menção da configuração familiar de escravizados, e isto justo por, serem desumanizados, não era compreendido a carência de laços afetivos sociais.

Mal permanece ainda um ser humano. Tende rapidamente ao objeto. No limite, ambição suprema do colonizador, ele deveria passar a existir apenas em função das necessidades do colonizador, isto é, transformar-se em colonizado puro” (MEMMI, 2007, p.124)

Albert Memmi, fala no trecho acima, retirado do livro: *Retrato do colonizado precedido de retrato do colonizador* (2007) o processo colonial de transformar um ser subjetivo, em um objeto exclusivo para as finalidades que o colonizador carece. Relacionando com o exemplo apresentado da Ama-de-leite, é possível perceber o processo da seguinte maneira: O colonizador desumaniza a mulher negra, para que possa visualizar nela apenas um objeto potencial de amamentar os filhos dos senhores, sendo está um objeto, não há na visão do colonizador laços afetivos possíveis entre a escravizada e seus filhos, para que essa desempenhe o papel de mãe, pois sendo a escravizada um objeto com a utilidade de amamentação, essa é a sua função, e esta é vista como sujeito

sem quaisquer subjetividade.

Outro ponto de análise refere-se à imagem construída em tono da sexualidade da mulher escravizada.

A sexualidade possível à senhora é aquela que lhe impõem as relações familiares patriarcais, norteadas pelos rígidos preceitos religiosos e morais. A escrava escapa a essas determinações que cerceiam as mulheres de classe dominante, sua sexualidade não está a serviço da procriação e reprodução ideológica, da família branca. Está fora do círculo familiar e do julgo patriarcal sobre ele exercido representa, para a escrava, está além das normas que ‘funcionaliza’ e regulamentam a sexualidade da mulher livre e branca. A sexualidade da escrava, aparece para o senhor, livre de quaisquer amarras ou entraves de qualquer ordem, alheias à procriação, às normas morais, e a religião, desnudada de todas séries de funções que são preservadas à mulher branca, para ser apropriada num só aspecto: objeto sexual (GIACOMINI, 1988, p.191)

No parágrafo acima citado, é possível perceber que há uma diferença da percepção social sobre a sexualidade de mulheres. A primeira diz respeito a sexualidade da mulher branca, que o sexo para esta deveria ter finalidade exclusiva na reprodução, isto é, o sexo para as mulheres brancas não deveria envolver nenhum tipo de prazer pessoal, eram inibidas dessa experiência. A castração da sexualidade plena da mulher de classe dominante, se dá ao fato de a sociedade ocidental naquele contexto ser consideravelmente influenciada pelo cristianismo, que de acordo com o pensamento da época, associava o prazer sexual à pecados carnavais.

A segunda percepção de sexualidade diz respeito às mulheres negras, estando em posição de quem não é dona do próprio corpo (visualizada pela sociedade escravista como mercadoria) se torna mero objeto de satisfações sexuais do homem branco.

Considerando que a sociedade denominava sua moral conforme preceitos cristãos, o estupro cometido pelos homens brancos contra as mulheres negras deveria ser no mínimo escandalizam-te, todavia os senhores justificavam seus atos desumanizando mulheres negras, associando estas a imagem da luxúria, perversidade, acusando estas de seduzi-los (GIACOMINI, 1988).

Na obra *Casa Grande e senzala* (1933), o sociólogo Gilberto Freyre mostra na sua escrita o quanto o discurso da mulher escravizada ligada ao erótico refletia na vivência destas:

Não são dois, nem três, porém muitos os casos de crueldade de senhoras de engenhos contra escravas inermes. Sinhá moças que mandavam arrancar os olhos de mucamas bonitas e trazê-los à presença do marido, à hora da sobremesa, dentro da compoteira de doce e boiando em sangue ainda fresco. Baronesas já de idade que por ciúme ou despeito mandavam vender mulatinhas de 15 anos à velhos libertinos. Outras que espatifavam à salto de botina dentaduras de escravas; ou mandava-lhes cortar os peitos, arrancar as unhas, queimar a cara ou orelhas. Toda uma série de judiadas. O motivo quase sempre ciúme, o marido. O rancor sexual. A rivalidade entre mulheres. (FREYRE, 1933, p.218)

Na menção acima, é possível perceber a descrição de castigos sádicos aplicados às escravizadas à mando das senhoras: Cortar seios, queimar os rostos, arrancar os olhos, demonstram muito mais do que meras atitudes motivadas por ciúmes e despeito, é reflexo da misoginia impulsionada pelos discursos que culpabilizavam a mulher escravizada pelos abusos que sofriam. O tal “rancor” mencionado está completamente vinculado ao fato dos papéis sexuais impostos às mulheres pela sociedade patriarcal/cristã, que considerava mulheres negras associadas à luxúria de forma “natural” e mulheres brancas reprimidas de qualquer expressão de sexualidade, essa forma de pensar levava mulheres brancas acreditar que mulheres negras naturalmente depravadas e sedutoras eram responsáveis pelas traições dos esposos, os eximindo de qualquer responsabilidade.

É fundamental ressaltar que a repressão sexual das mulheres brancas não é o motivo dos estupros dos homens brancos contra escravizadas, esse era apenas um dos discursos construídos no intuito de justificar abusos. Estuprar mulheres escravizadas era uma forma de dominação, de desmoralizar para que estas não pudessem resistir. O estupro causava a sensação de vergonha nas vítimas, o que reprimia o desejo de resistência, assim como nos navios negreiros homens eram acorrentados para não fugirem, mulheres ficavam livres de correntes, pois o medo de serem estupradas publicamente coagia qualquer tipo de movimentação. (DAVIS, 1981)

O estupro e os discursos coloniais de mulher negra perversa afetaram de tal forma a moral de mulheres negras que, mesmo na pós abolição quando a expectativa seria de um vislumbre de vida diferente, mulheres negras enfrentavam o sexismo. Sobre isso, pontua Lélia González:

O significado do estupro de mulheres negras escravizadas não era somente/simplesmente destruir a integridade sexual delas para fins econômicos, mas que levou a uma desvalorização da mulher

negra que permeava a psique de todos estadunidenses e moldava o status social de todas as mulheres negras, quando o período da escravidão terminou (GONZALEZ, 2020, p.92).

Entende-se que o fim do período de escravidão não trouxe nenhum rompimento das ideologias produzidas por um sistema escravista, o racismo e o sexismo coloniais permaneciam engendrados na sociedade brasileira, em detrimento disso, como é dito na fala de Lélia, os status sociais de mulheres negras continuavam sendo marcados pela percepção colonialista em relação ao corpo destas. Em exemplo disso, nas pesquisas realizadas nos jornais maranhenses (compreendendo o período pós abolição) foi percebido uma considerável dificuldade de encontrar menções às mulheres negras, e entre as poucas aparições, foi encontrada esta:



Jornal A campanha órgãos de interesses populares, Maranhão, 1902.

O jornal citado acima possuía no seu conteúdo notícias e informações de vários âmbitos, como informações sobre política, economia, mas ao procurar por mulheres

negras, não encontrei menções além desta. A menção encontrada se trata de um relato de briga entre homens na frente de um estabelecimento. Em dado momento da briga é mencionado o nome de Eduarda, que é rotulada como uma “**negra tomadeira de maridos alheios**”. O fato de Eduarda não ser citada somente como alguém que toma marido alheio, mas a ênfase de que é uma negra nessa posição reflete a generalização social de que **mulheres negras historicamente tem esse lugar de “roubar maridos, seduzir, encantar”** como visto anteriormente na relação de rivalidade entre senhoras e escravizadas.

No trecho acima, o que foi curioso, já que até então mulheres negras não haviam sido mencionadas em nenhuma matéria no jornal, e quando encontrada uma menção, reforçava um estereótipo antes já mencionado aqui: **mulher negra promíscua**. “Tessa fantasia da mulher negra roubando crianças e homens é muito coerente com memórias coloniais. Historicamente, mulheres negras têm tido essa função de serem corpos **sexualizados e reprodutores**” (Kilomba, 2008,p.112) A autora pontua a forma como os pensamentos acerca das mulheres escravizadas construídos no período da escravidão ainda são refletidos na pós abolição. A forma como Eduarda foi caracterizada no jornal, é um exemplo da memória colonial na qual Grada Kilomba (2008) se refere, não era só sobre Eduarda, mas sim sobre um pensamento socialmente compartilhado sobre mulheres negras, que independem das suas condutas morais.

Como foi mencionado na fala de Grada Kilomba (2008) historicamente como herança colonial, mulheres negras são vistas como uma ameaça ao casamento de mulheres brancas, e o jornal traz um exemplo de como os veículos midiáticos reforçaram e representavam o pensamento sexista e racista sobre mulheres negras.

A autora Bell Hooks, refletindo sobre a sexualização da mulher negra, apresenta como veículos midiáticos como: propagandas, programas de televisão e jornais vendiam mulheres negras enquanto meretrizes, decaídas e perversas. Compreendendo que veículos de comunicação possuem uma linha de via dupla, no qual o que é passado para os telespectadores é fruto de uma ideologia dominante, e ao receber a mensagem essa ideologia cristaliza-se ainda mais no imaginário social, pois estigmas estão sendo reforçados (HOOKS, 2019).

A imagem retirada do Jornal Maranhense A Campanha, pode ser visualizado como a expressão de uma percepção racista/sexista sobre mulheres negras, e no movimento de mulheres negras serem citadas apenas nessa atmosfera reforça os estereótipos no imaginário social.

3 MULHERES NEGRAS NOS JORNAIS PÓS ABOLIÇÃO (JORNAIS OFICIAIS DO MARANHÃO, E JORNAIS DA IMPRENSA NEGRA BRASILEIRA)

O presente capítulo se propõe a apresentar os conteúdos encontrados nos jornais oficiais maranhenses, e jornais de imprensa negra do Brasil sobre mulheres negras, compreendendo o período pós abolição, mais especificamente (1919-1957). O critério da seleção dos conteúdos dos jornais aqui apresentados é a relevância da informação para a compreensão da vivência da mulher negra na pós abolição, isto é, textos que indiquem o posicionamento social/econômico da mulher negra na sociedade.

À medida que os trechos retirados dos jornais são apresentados neste capítulo, é realizado um diálogo do conteúdo expresso no jornal com a bibliografia especializada, visando uma discussão mais aprofundada.

Neste capítulo inicialmente é dada uma atenção aos responsáveis pelos jornais, reconhecendo a importância de saber de que lugar se fala (socialmente e politicamente), e também uma reflexão sobre quais categorias de pessoas eram excluídas da produção de materiais para estes veículos de comunicação.

A seguir uma tabela apresentando os jornais maranhenses pesquisados:

JORNAL	ANO DE ORIGEM	INFORMAÇÕES
O Paiz	Maranhão, 1863	Conteúdos voltados para economia, como: artigos sobre lavoura, indústria. Proprietário: Temístocles Maciel Aranha, jornalista e deputado maranhense pelo partido conservador.
Publicador Maranhense	Maranhão, 1842	Conteúdos: artigos sobre finanças, defesa da administração provincial, política de forma geral. Teve como redator por um período de tempo Temístocles Maciel Aranha Jornal ligado ao Governo, e defensor da conciliação de liberais e conservadores.
A Campanha	Maranhão, 1902	Teve como redator chefe Manoel Bettencourt, Jornalista e professor no Liceu Maranhense

Fonte: Elian Emanuely, 2024

Ressalta-se que, como apresentado na tabela acima, o jornalista Temístocles foi

redator de dois dos jornais maranhenses pesquisados, e é apresentado como uma figura político, adepta de ideologias conservadoras, isso implicou de forma significativa nos conteúdos presentes nos jornais, refletindo a ideologia do proprietário. Reforça-se a necessidade de, ao trabalhar os jornais maranhenses acerca de mulheres negras, haja uma reflexão acerca das questões de gênero, portanto, a imagem a seguir retirada do jornal O Paiz, que possibilita o entendimento acerca da posição social de mulheres:



Jornal O Paiz, São Luís-MA, 1919

No texto apresentado acima, escrito em 1919, período que corresponde aos primeiros anos da pós abolição, é percebido um discurso vindo de um homem de classe social privilegiada, sobre a visão dele (carregada de representação social) a respeito de mulheres na política como uma aversão à ordem natural das coisas. Isto é, ele argumenta que ao pedir por emancipação, mulheres já provavam naturalmente que não possuem essa autonomia sobre si. Um discurso de naturalização biológica do “sexo frágil” como mecanismo de justificar que existe uma divisão do trabalho por gênero, e ao que diz respeito à intelectualidade, não pertence a “energia feminina”. A nocividade deste discurso se encontra no fato de que naturalizar que há aptidões biologicamente determinadas, impede as mulheres de enxergarem a exploração e dominação exercida

sobre elas quando são excluídas das decisões políticas/sociais que permeiam suas vidas, e traz um conformismo com a situação de opressão nas quais se encontram.

No ano de 1919 quando esse texto foi escrito, é considerado o período histórico compreendido por intelectuais feministas como a primeira onda do feminismo, que apresentava como principais reivindicações a emancipação das mulheres, e o direito ao trabalho, no caso como explica Bell Hooks (2019) essa primeira onda não foi representativa para mulheres negras, já que estas já trabalhavam fora de casa, devido ao racismo que lhes atravessavam, ocupavam-se de trabalho doméstico para obter sustento, já que não eram compreendidas como mulheres frágeis e delicadas como o estereótipo imposto socialmente à mulheres brancas.

E sobre a questão dos votos, mulheres negras e brancas eram consideradas incapazes biologicamente de qualquer capacidade intelectual para exercerem direitos civis, todavia, o sonho do voto para mulheres negras era ainda mais distante pois além dos marcadores de gênero, estas tinham os marcadores de raça e classe. Em resumo, compreende-se que o pensamento compartilhado no trecho do jornal “O Paiz” (1919), explica a não presença de mulheres nas discussões políticas/sociais das colunas.

3.1 Quem pode falar?

Diferente das percepções racistas/sexistas referentes à mulheres negras, a historiografia tem resgatado ao longo dos tempos contribuições sociais significativas vindas destas, como exemplo de mulheres negras que desempenharam um papel subversivo, têm-se Maria Firmina dos Reis, mulher negra, nascida no Maranhão e ludovicense, é considerada a primeira mulher/negra a publicar um romance no Brasil, o romance: Úrsula (1859), possuía forte posicionamento abolicionista e possuía uma boa representação de pessoas negras, o que ia na contramão de toda produção literária da época, quando publicado, o livro levou o pseudônimo de Maria Firmina, que era “A maranhense”, a romancista utilizava desse pseudônimo pois considerava que seu público de leitores era um público branco e de classe alta, pois eram essas pessoas que possuíam acesso à educação, e que destas pessoas também não poderiam esperar enquanto uma mulher negra, o reconhecimento. No prólogo do romance Úrsula, Maria Firmina do Reis reforça esse pensamento como

Mesquinho e humilde é este que vos apresento, leitor. Sei que

passará entre o indiferentismo glacial de uns e o riso mofador de outros, e ainda assim o dou a lume. Não é a vaidade de adquirir nome que me cega, nem o amor próprio de autor. Sei que pouco vale este romance, porque escrito por uma mulher, e mulher brasileira, de educação acanhada, e sem o trato de conversação dos homens ilustrados (REIS, 2004,p.14)

No trecho mencionado, é possível perceber a romancista assumindo um papel socialmente imposto para as mulheres: um lugar de menor importância, lugar de subordinação. A forma como ela descreve a relevância do seu livro é reflexo do que é dito sobre a posição social que ela ocupa. Embora socialmente Maria Firmina precisasse “vestir” o lugar de subordinação imposto pela sociedade, sua literatura foi de suma importância para pessoas negras. Pela primeira vez pessoas negras eram narradas para além de escravizados, a partir de uma visão humanizada, e a partir da ótica de uma pessoa também negra.

Além de romancista, Maria Firmina dos Reis também atuava como professora sendo a primeira mulher maranhense a ser aprovada em um concurso público, após sua aposentadoria Maria Firmina dos Reis continuava a lecionar, agora, para pessoas com baixo poder aquisitivo, como crianças quilombolas, e da zona rural, sendo isso uma forma de resistência, já que a educação não era democratizada pelo Estado (SOUSA,2024).

Maria Firmina sofreu/sofre um apagamento e desconsideração das suas contribuições sociais, e isso não foi exclusivo da sua trajetória, pessoas negras sofrem esse mesmo silenciamento, em diferentes contextos históricos. Sueli Carneiro, filósofa e escritora negra, explica a partir do conceito epistemicídio de Boaventura Santos, para falar com mais ênfase sobre o apagamento da mulher negra no campo das produções intelectuais. A escritora explica que o conceito de epistemicídio de Boaventura Santos pode ser entendido de forma bem simplificada como a morte dos conhecimentos produzidos por povos não brancos, isto é, povos que sofreram o processo de colonização, entre estes Sueli Carneiro dá ênfase a pessoas negras. Ou seja, o epistemicídio seria um processo de desvalorização desses conhecimentos. Considerando que, para algum conhecimento ser considerado válido tem que ter veracidade científica, esses conhecimentos não possuem validação, pois não se enquadram no padrão ocidental de ciência.

Sueli Carneiro amplia o debate para como o epistemicídio acontece de várias maneiras, sobretudo dentro do sistema educacional, ela reflete sobre como são criadas barreiras educacionais para pessoas negras, que historicamente ocupam um lugar de

marginalização, e que mesmo quando se apoderam da forma de produzir conhecimento ocidental, não conseguem se sentir confortáveis no ambiente acadêmico, pois a estrutura desse ambiente não foi estruturada para pessoas não brancas (CARNEIRO, 2023). Fazendo uma conexão entre o pensamento de Sueli Carneiro e a história de Maria Firmina, pode-se perceber essa sensação de não pertencimento, de não reconhecimento, que provém ~~lugar~~ que a intelectualidade é um ‘lugar’ historicamente reservado ao homem branco.

3.2 Imprensa Negra

Esse tópico traz uma perspectiva de jornais da imprensa negra brasileira, para melhor compreensão do conteúdo aqui trabalhado, foi necessário acionar alguns entendimentos acerca das fases do Movimento Negro no Brasil, que esteve intrinsecamente ligado aos jornais como um meio estratégico de luta contra as discriminações raciais na pós-abolição.

O Movimento Negro Unificado (MNU) surgiu como uma resposta à marginalização social sofrida por pessoas negras recém-libertas. Sua primeira fase (1889-1937) compreende um período em que a principal reivindicação era a educação como uma forma de preparatório para inserção do negro no meio social, entre as estratégias de luta para alcançar tais objetivos eram as publicações em jornais, mas não em qualquer jornal, mas jornais voltados para denúncias sociais (DOMINGUES, 2007). Os jornais serviam como um lugar de reivindicação e espaço para debates estratégicos de superação dos preconceitos e demais problemas sociais advindos do racismo como a exclusão dos negros de espaços sociais recreativos.

O jornalista, sociólogo e historiador Clóvis Moura, é conhecido nas ciências sociais por protestar a forma como o negro é retradado historicamente como uma figura passiva diante das opressões sofridas. O jornalista, chama atenção para a trajetória de luta e resistência do povo negro, em seu livro “Sociologia do Negro Brasileiro” é feita uma análise da imprensa negra no Brasil.

Clóvis Moura reflete sobre o caráter insurgente da Imprensa negra, que tinha por objetivo principal a luta contra o preconceito racial, e a criação de um espaço onde os elementos culturais de pessoas negras pudessem ser apresentados, já que não havia espaço para o negro nos jornais oficiais. Em geral, os jornais da imprensa negra eram espaços para denúncias de situações de exclusão social, exposição dos eventos realizados pelo Movimento Negro, lugar de expressão artística de poetas e escritores negros.

Contudo, os jornais de imprensa negra, refletiam a lógica do pensamento correspondentes à fase em que o movimento negro se encontrava, já que boa parte desses jornais eram liderados por figuras importantes do movimento. O enfoque dos jornais na época do surgimento da imprensa negra, era direcionado para a reeducação do negro na sociedade:

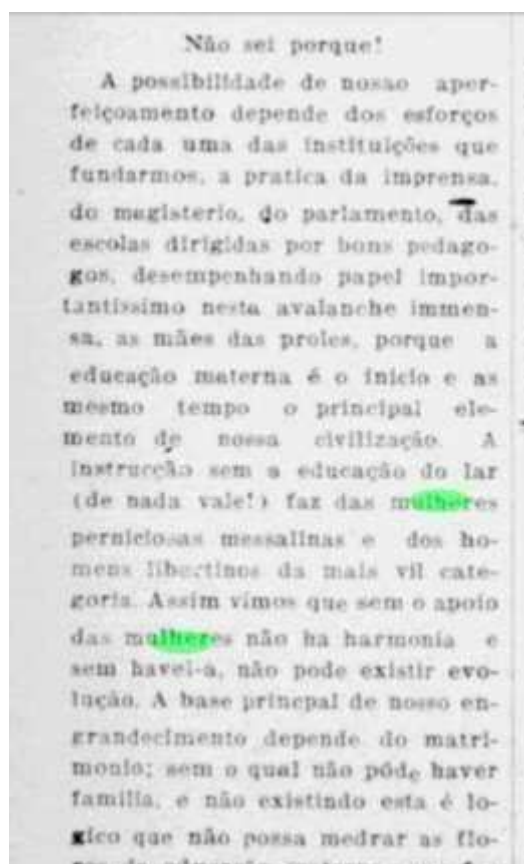
A preocupação com a educação é uma constante. o negro deve educar-se para 'subir na vida', demonstrar que ele também pode chegar nos mesmos níveis que o branco através do aprimoramento educacionais. Para isso deve deixar seus vícios como o alcoolismo, a boêmia, deve abster-se de praticar arruaças em bailes, deve ser um modelo de cidadão. Em todas as publicações há uma preocupação com uma ética puritana capaz de retirar o negro da situação de marginalização. Daí haver em muitos deles uma condenação de festas de negros, que eram tidas pelos brancos como centro de corrupção e desordens Os jornais servem portanto, para indicar, através de regras morais, o comportamento que deveriam seguir a comunidade negra (Moura, 1988 p.130)

A pontuação de Clóvis Moura a respeito da tentativa de desmarginalizar o negro o reeducando socialmente dentro dos padrões dos homens brancos, aparece de forma significativa nos jornais apresentados neste capítulo. A imprensa negra teve sua origem no Estado de São Paulo, por essa razão os jornais encontrados dentro do período delimitado nesta pesquisa têm origem paulistana.

Nesse tópico serão apresentados trechos dos jornais mais populares dos anos iniciais da Imprensa Negra Brasileira, como: *O Menelick* (1916), *A voz da raça* (1933), *Chibata* (1932), *Notícias do Ébano* (1957). Os trechos selecionados possuem o foco de abordar a situação de mulheres negras na pós abolição.

O jornal "*O Menelick*" foi publicado pela primeira vez em 1916 na cidade de São Paulo. É considerado pioneiro na imprensa negra e possuía como subtítulo: "Órgão mensal, noticioso, literário e crítico dedicado aos homens de cor". O subtítulo é bastante sugestivo a respeito do conteúdo do jornal e o seu público-alvo. Em seu lançamento teve como redator chefe Deocleciano Nascimento, poeta negro.

Ao buscar por menções de mulheres negras neste jornal, destaco o trecho abaixo:



Jornal *O Menelick*, 1917.

O trecho exhibe um pensamento a respeito da educação e reforma social. É ressaltado a relevância da mulher na construção dessa sociedade. Todavia, a contribuição feminina mencionada diz respeito à educação no lar, destacando o quão importante seria o matrimônio para o engrandecimento social almejado.

É importante considerar que o grupo social “família” foi historicamente vivenciado de formas distintas considerando um recorte racial. Pessoas negras quando escravizadas não possuíam direitos sob seus próprios corpos e durante muito tempo não podiam constituir família no sentido ocidental. Colocados por homens brancos em posição de mercadoria, eram negociados separadamente dos filhos ou parceiro.

No período pós-abolicionista, como já foi abordado, a marginalização do negro não cessou, e pessoas negras não possuíam famílias dentro dos moldes dominantes do tempo. Nas famílias patriarcais² as mulheres não trabalhavam, pois eram encarregadas do

²Família patriarcal: grupo social, no qual filhos e parceira estão submetidos ao poder socialmente exercido pela figura masculina, dentro dessa configuração de família mulheres são designadas ao trabalho do cuidado que envolve: educação dos filhos, cuidados com a casa, cuidados com o cônjuge de forma não remunerada e desconsiderado enquanto trabalho, mas que sustenta as condições precisas para que o parceiro se dedique de forma plena ao trabalho, tendo como obrigação somente o prover da casa. (FEDERICI, 2021)

preparo moral dos filhos para a vida social, enquanto os homens eram responsáveis pelo sustento da esposa e filhos. Todavia, na situação dos negros, essa configuração de família era impossível, já que as mulheres negras historicamente sempre necessitaram trabalhar, e na pós abolição as mulheres negras casadas dividiam com os parceiros o sustento da casa. Outras, em sua maioria, eram mulheres solteiras, sozinhas e responsáveis pelo sustento de suas famílias, sendo essa família em um formato diferente das famílias tradicionais (DAVIS, 1981).

Tendo em vista isso, quando se analisa o trecho do jornal *O Manelick* e a ênfase da necessidade de uma família para a almejada transformação social, pode-se compreender uma reivindicação do negro em se encaixar nos moldes sociais da família branca, dominante. Entretanto, é preciso entender que a família patriarcal excluía as mulheres de qualquer participação nas discussões políticas e sociais, como é possível perceber o autor do texto designando à mulher negra ao papel de mãe que educa os filhos para a vida social, mas que em nenhum momento é percebida enquanto voz ativa na construção e debates de pautas nos jornais.

O sociólogo e Jornalista Clóvis Moura em seu livro *A Sociologia Do Negro Brasileiro* (1988) pontua sobre os jornais da imprensa negra, sobretudo sobre a forma que embora esses jornais reivindicassem uma posição política para o negro na sociedade pós abolição, ainda prevalecia um pensamento da necessidade do negro se igualar ao branco por meio da educação (MOURA, 1988) como é possível perceber de forma muito clara no trecho destacado do jornal, é utilizado o termo “civilizar” se referindo ao processo educacional que as mães negras passariam aos seus filhos, isto é educá-los segundo a moral branca, para serem legitimados enquanto cidadãos. Em um trecho do Jornal *Tribuna Negra* é possível visualizar o mesmo discurso do papel da mulher negra como mãe na formação moral do indivíduo:



Jornal Tribuna Negra, 1935

Neste jornal, já se encontra um padrão diferente dos demais já citados: a presença de uma mulher escrevendo. Todavia, o discurso da colaboração da mulher negra permanece sendo apresentada como exclusiva da maternidade. No texto Nice diz: “independente de outros problemas que preocupam a humanidade, o que nos deve interessar é a preparação do negro para o futuro. Portanto, a das nossas crianças de hoje, homens de amanhã”, a preparação que Nice se refere é exclusiva para homens, já que as mulheres serão educadas a educarem os homens do amanhã. O papel atribuído à uma mulher em um jornal com objetivos de revolução e emancipação foi somente de convocar outras mulheres na preparação dos seus filhos homens.

No trecho a seguir do mesmo jornal, é possível perceber o quanto esse papel de mãe negra era socialmente simbólico

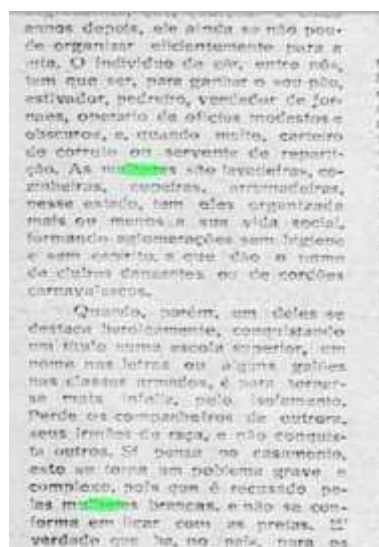


Jornal Tribuna Negra, 1935

No trecho citado acima se fala em um dia de homenagem ao “dia da mãe negra” e se refere às mães negras como aquelas que foram duplamente sacrificadas na construção da nação. Apresenta também a data de 28 de setembro como um marco da lei do ventre livre. Embora seja reconhecido as mulheres negras como pessoas que foram exploradas no processo de construção da nação, a mulher negra enquanto mãe é vista de forma romantizada através da história, e essa romantização coloca a mulher negra apenas valorizada quando vista como uma mãe, o estereótipo da mãe guerreira, uma mãe que coloca acima de suas próprias necessidades o bem-estar da família. (HOOKS, 2023).

Essa forma de perceber as mulheres negras apenas como mãe, coloca estas mulheres novamente no lugar do servir, o reconhecimento dos homens negros em relação à mãe diz respeito a vida sacrificada por eles, uma vida em prol da formação de homens.

Outro Jornal pesquisado que compunha esse grupo de jornais que tinham por objetivo a luta contra o racismo, estava o *A Voz da Raça* que teve sua origem em 1933 final da primeira fase do Movimento Negro Unificado, idealizado por um membro da Frente Negra, chamado Fernando Costa. O Jornal nasceu da necessidade de denúncia da situação econômica que se encontravam as pessoas negras nos primeiros anos pós abolição, de forma mais precisa, a situação de desemprego e marginalidade dos negros no Brasil. É fundamental frisar que diferente do jornal “O Manelick” que todo seu período de publicações compreenderam uma fase da luta racial no Brasil, o Jornal *A voz da raça* tem sua origem no fim da primeira fase do Movimento Negro Unificado, e também vivencia outras fases, consequentemente outras formas de pensar o problema do racismo.



Jornal *A Voz da Raça*, 1933

No Jornal *A voz da Raça* foi possível encontrar algumas denúncias sociais envolvendo mulheres negras, como a apresentada acima, onde é explicitado a situação das mulheres negras permanecerem mesmo após escravidão ocupando trabalhos sociais no setor do cuidado e do servir, como mencionado acima: cozinheiras, arrumadeiras, copeiras. A continuação dessas mulheres no desempenho destes serviços mostra como a lógica racista direcionou mulher negra para trabalhos considerados degradantes, considerado algo do qual se deveria sentir vergonha, e mulheres negras eram vistas como naturalmente aptas para aquele serviço pois não possuíam a dignidade na concepção da branquitude (HOOKS, 2021)

Nesse texto, é também relatado sobre os raros casos de homens negros conseguirem prestígio social adentrando uma escola superior, e ao tentar estabelecer relações sociais sentir-se excluído, no que diz respeito as relações matrimoniais, que como descrito no texto, *as mulheres brancas rejeitam esses homens, e estes homens não “se contentam” com as mulheres negras.*

A situação relatada pode ser discutida em algumas camadas, e uma delas é ver que o preconceito racial impedia o acesso à educação de homens e mulheres negras, mas os raros casos de ascendência social por meio da educação eram mais viáveis para homens negros, enquanto as mulheres negras possuíam o gênero como mais uma justificativa de opressão.

O racismo não impede homens negros de absorverem a mesma socialização sexista em que os homens brancos são mergulhados. Quando bastante jovens garotos negros aprendem que têm um status privilegiado no mundo, com base no fato de terem nascido meninos; eles aprendem que esse status é superior as mulheres (HOOKS, 2021 p.167)

Bell Hooks (2021) enfatiza, no excerto acima, o fato de ser um homem em uma sociedade patriarcal já dá um status superior à de uma mulher, quando esse homem é negro, se sente em um status superior à mulher negra, fato que revela que algumas oportunidades como a citada no jornal podiam até existirem na vida de um homem negro pelo fato de ser homem, mas na vida de mulheres negras atravessadas também pelo gênero não. E que homens negros também podem reproduzir comportamentos sexistas em relação às mulheres independente do racismo, fato que pode explicar a forma como quando os homens negros ascendiam socialmente e se recusavam a casar com mulheres

negras, reforçando essa “diferença” demarcada pelo privilégio do gênero e de uma certa ascendência social.

É importante ressaltar que os jornais apresentados nesse tópico compreendem a considerada primeira fase do Movimento Negro no Brasil 1889-1937 (DOMINGUES, 2007) período em que muitos dos pensamentos da classe dominante eram reproduzidas dentro do movimento negro, como exemplo disso o patriarcado, que ficou evidente durante as discussões trazidas nesse capítulo.

Na segunda fase do movimento negro (1945-1964), de acordo com o historiador Petrônio Domingues (2007), há mudanças graduais dentro do movimento negro, uma dessas mudanças é em relação às mulheres negras no movimento, no ano de 1950 houve a articulação do Conselho Nacional de Mulheres Negras que tinham como principal objetivo a luta das mulheres negras enquanto trabalhadoras/empregadas domésticas, será visualizado nessa fase mais reconhecimento dos feitos políticos sociais de mulheres negras, isso pode ser observado no seguinte trecho retirado do Jornal *Notícias do Ébano*:



Jornal *Notícias do Ébano* (1957)

O trecho apresentado acima fala sobre a trajetória de uma mulher negra, em um cenário diferente dos vistos nos jornais correspondentes à primeira fase do Movimento Negro. Neste jornal Ruth Souza é apresentada como atriz, enaltecida pelos seus trabalhos, e também descrita como alguém que divide a vida entre os palcos e os estudos. No trecho é possível perceber que foi através do Teatro Experimental Negro que Ruth adentrou o mundo artístico. Domingues (2007) pontua que uma das estratégias de luta contra o racismo da segunda fase do Movimento Negro era possibilitando o acesso à cultura, exemplo disso a criação de teatros, que como pode-se perceber contemplou Ruth Souza, como uma mulher negra, ocupando um espaço que até então era tido como exclusivo de brancos.

Nos jornais, como escritoras, também foi possível visualizar mulheres negras, debatendo temas como as implicações racistas nas relações românticas entre mulheres e homens negros:

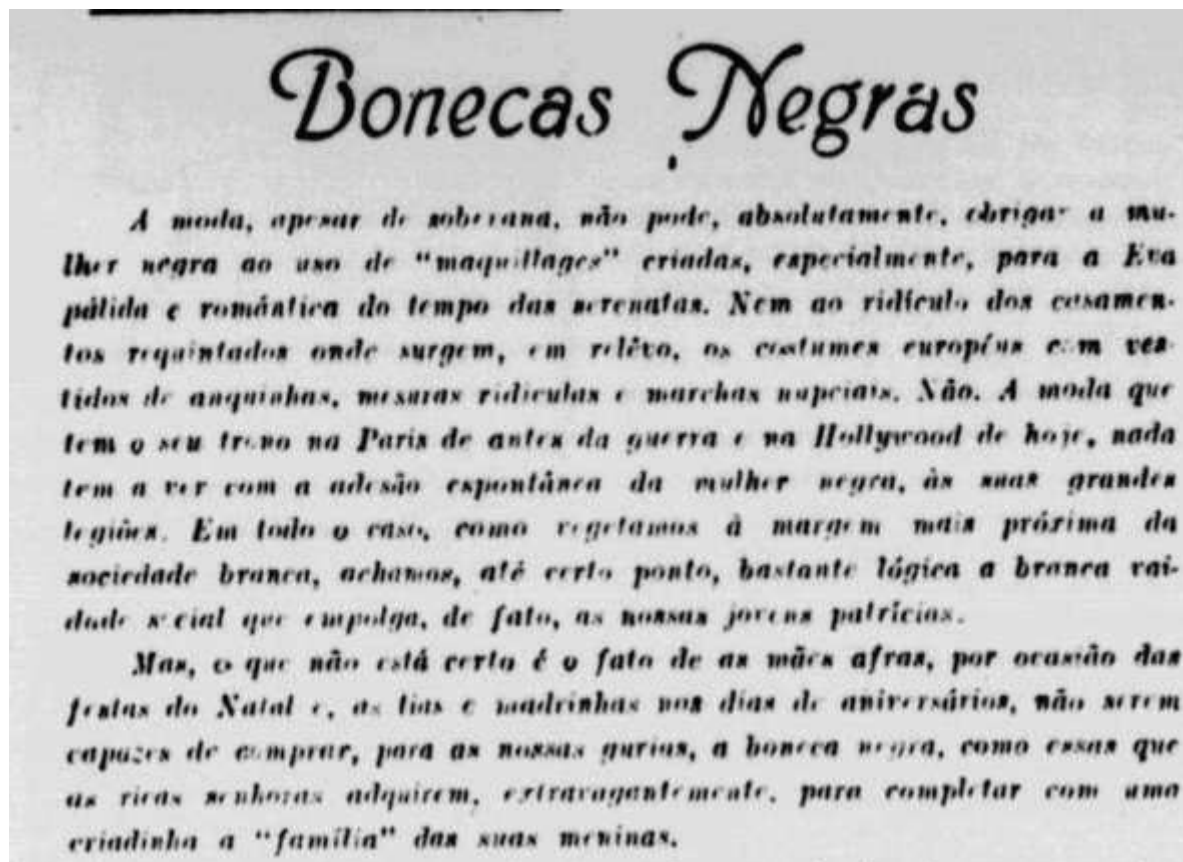


Jornal *Redenção*, 1950

No trecho apresentado acima, Maria Tereza discorre sobre a resistência de homens negros se relacionarem romanticamente com mulheres negras, deixando claro que mulheres negras possuíam pouca ou nenhuma resistência em relação a estes relacionamentos, sobre isso se reforça o pensamento anteriormente debatido neste capítulo sobre posicionamentos sexistas de homens negros, a necessidade de uma mulher branca para reafirmá-lo enquanto homem respeitável. Um ponto interessante a se destacar

é que nesta menção do jornal a mulher negra não está falando apenas do lugar de mãe negra, mas como uma debatedora de assuntos que permeiam a vida política dessas mulheres.

Outro exemplo de mulheres negras escrevendo sobre os assuntos que as perpassam foi na revista *Senzala* (1946):



Revista *Senzala* (1946)

Eva, autora do texto acima, faz uma crítica à indústria eurocêntrica, no que diz respeito a bonecas e maquiagens, ressaltando o fato da moda ser soberana e sedutora para as meninas negras, mas apela para a visão política de que a forma como essas maquiagens são produzidas apenas para pele branca, expressa o racismo da tal moda. A autora também pontua o fato de não conseguirem adquirir bonecas negras para suas filhas, e que quem consome essas bonecas são as senhoras ricas, e que as bonecas ocupam o lugar de “criadinha” na família de bonecas brancas das crianças, reproduzindo assim a lógica racista da sociedade.

Portanto percebe-se que a os jornais expostos na pesquisa indica uma retratação marginal de mulheres negras nos jornais oficiais, e também a notável dificuldade de encontrar alguma menção à essas mulheres (mesmo que depreciativas). Nos jornais de

imprensa negra foi possível identificar textos que faziam exposição da posição econômica da mulher na sociedade pós abolição, isto é, os lugares que estas ocupavam (serviços de limpeza e cuidado), em sua totalidade esses textos eram denúncias da exploração sofrida por mulheres negras. Além disso foi possível perceber os pensamentos dos homens negros representados nos jornais de imprensa negra, acerca de mulheres negras, e também foi possível visualizar a mudança gradual da posição da mulher negra dentro do movimento negro, através dos posicionamentos expostos nos jornais de diferentes anos.

4 OS LUGARES DESIGNADOS PARA MULHER NEGRA NA PÓS ABOLIÇÃO

Neste capítulo será trabalhado à luz dos pensamentos da ativista Lélia Gonzalez, o lugar designado socialmente à mulher negra na sociedade brasileira, procurando mostrar como o racismo e o sexismo desaguarão nas justificativas da exploração de mulheres negras através dos tempos, é apresentado a forma como o racismo e o fator gênero foram determinantes na divisão do trabalho. A autora utilizada neste capítulo para enriquecimento do debate parte da premissa de que o gênero coloca as mulheres negras em desvantagens comparadas até aos homens negros, que também são atravessados pelo racismo.

A partir do autor Luis Octávio Silva (2010) e Jurema Brites (2000) que trazem reflexões acerca das distinções de raça e classe estabelecidos pelos padrões em relação às empregadas domésticas, considerando o espaço físico como um comunicador não verbal da hierarquia social. Na última parte deste capítulo, é trazido algumas contribuições das mulheres negras nos movimentos sociais na luta contra as opressões raciais, apresentando mulheres como sujeitos políticos e agentes de mudanças.

4.1 Mulheres negras, e o servir

Ao analisar as opressões sofridas por mulheres negras no Brasil é imprescindível que considere a forma como os fatores raça e gênero foram usados para fundamentar a exploração econômica e sexual de mulheres negras, e determinar a estas um lugar social de subserviência. A memória de mulheres negras desde a colonização e através dos tempos dedicadas ao serviço doméstico cristalizou-se no imaginário social como algo natural, Lélia Gonzalez discorre sobre como ser negra e ser uma mulher intensifica consideravelmente a opressão sofrida:

Foi o sustento moral e a subsistência dos demais membros da família. Isso significou que seu trabalho físico foi decuplicado, uma vez que era obrigada a se dividir entre o trabalho duro na casa da patroa e suas obrigações familiares. Antes de ir para o trabalho, havia de buscar água na bica comum da favela, preparar o mínimo de alimento para os familiares, lavar, passar e distribuir as tarefas para as filhas no cuidado dos mais novos. Acordar às 04:00 da

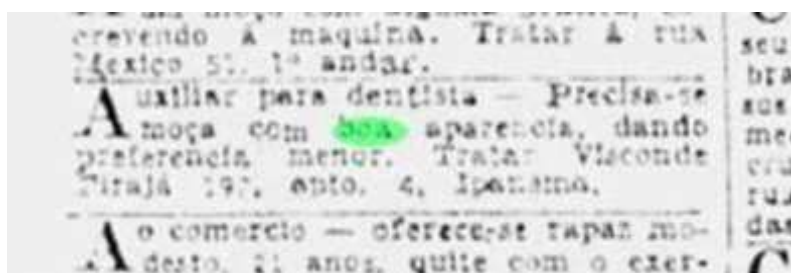
manhã para 'adiantar os serviços caseiros' e está às sete ou oito na casa da patroa até a noite, após ter servido o jantar e deixado tudo limpo (GONZALEZ, 2020, p.40)

Na menção acima, é descrita a jornada exaustiva comum das mulheres negras, Lélia fala sobre como na pós abolição mulheres negras começaram a ser duplamente exploradas, isso porque, agora tendo obrigações familiares dentro de uma sociedade patriarcal, mulheres negras eram responsáveis pelo bem estar de suas casas, e das casas alheias, pois eram as únicas formas possíveis de sobrevivência.

Um ponto que chama atenção no texto é a menção do fato da mãe negra, designar a tarefa do cuidado dos irmãos e do lar para as filhas na sua ausência, demonstra a socialização patriarcal também em lares negros, a exploração das mulheres e meninas negras dentro do próprio lar é o exemplo ideal do quanto o gênero coloca mulheres negras em posição de mais exploração até mesmo em relação aos homens negros, ocupando um lugar da base da pirâmide social, a mulher negra serve à todos, do branco ao preto. Exemplo da naturalização da mulher negra no lugar da servidão doméstica é os homens negros aceitarem e reforçarem a exploração das mulheres dentro de casa, enquanto se conhece a jornada exaustiva que estas enfrentam em troca do sustento.

A evasão escolar de mulheres negras limitava as possibilidades de empregos não considerados subalternos, e na concorrência por empregos intermediários como: recepcionista, telefonista e afins, perdiam as vagas para mulheres brancas de classe social baixa, pois os requisitos básicos para empregar eram também carregados de racismo, como a exigência de boa aparência, e negras não correspondem ao padrão eurocêntrico de beleza.

No Jornal do Brasil (1950) pode-se ver um exemplo do requisito boa aparência:



Jornal do Brasil, Rio de Janeiro 1950

Segundo Lélia Gonzalez (2020) o Censo do Brasil no ano de 1950 do ponto de vista econômico 10% das mulheres negras trabalhavam na agricultura ou na indústria

(têxtil) e as restantes que compunham os 90% no setor de serviços pessoais, isto é, trabalho domésticos, e serviço de limpeza em diferentes lugares. O número expressivo de mulheres negras em serviços tidos socialmente como subalternos expressam a contínua desvalorização da mulher negra, nesses espaços diariamente essas mulheres foram reafirmadas como pessoas nascidas para servir. A camada racial de opressão é facilmente visualizada ao compreender que mulheres brancas eram possibilitadas adentrar o mercado de trabalho através da opressão de mulheres negras, só era permitido a dedicação das patroas brancas no emprego porque as mulheres negras desempenhavam todo o trabalho do cuidado dos filhos das patroas, e os serviços domésticos, assim como os filhos homens das mulheres negras quando conseguiam se dedicar aos estudos era mediante os sacrifícios da mãe negra pela garantia da moradia e alimentação, o racismo e a opressão de gênero se entrelaçam na exploração de mulheres negras.

A vida de mulheres negras repete padrões racistas coloniais ao longo dos tempos, não é diferente em relação ao sentimento de desproteção no serviço doméstico, Bell Hooks falava sobre como meninas e mulheres negras viviam em alerta com medo de sofrerem abusos sexuais dos senhores nos anos de escravidão, os estupros eram justificados pelas alegações de que mulheres negras eram seres provocativos e perversos, pensamento fruto da construção de uma ideologia racista (HOOKS,2021) não diferente desse cenário escravocrata, mulheres negras na pós abolição que exercem trabalhos domésticos, ficam vulneráveis a abusos sexuais de seus patrões. A percepção sexista/racista acerca da mulher negra atravessa o gênero, mulheres brancas também apresentavam o olhar sexista a respeito de mulheres negras, como por exemplo, patroas apresentarem as empregadas domésticas aos filhos para que iniciem a vida sexual (GONZALEZ, 2020) Essa situações refletem que embora o trabalho escravo tenha sido abolido, a sociedade brasileira foi estruturada com base em muitos preconceitos, como exemplo disso o sexismo sobre o corpo da mulher negra, e a continuação de mulheres negras no cenário de servidão.

O ambiente de trabalho das empregadas domésticas na pós abolição lembrava de forma muito nítida a famosa Casa grande e Senzala da escravidão, relembrando a todo momento a hierarquia social ali estabelecida, e demais preconceitos enraizados que não foram rompidos com a abolição. Nos anos iniciais a pós abolição era comum que empregadas domésticas dormissem durante a semana na casa dos patrões, considerando esta informação, o lugar físico que essas mulheres ocupavam dentro das casas em que trabalhavam as diferiam das pessoas da família (brancos, privilegiados) os quatinhos de

empregadas, assim chamados pois fazem jus ao tamanho, criados propositalmente para serem os mais desconfortáveis da casa, e na maioria das vezes esses quartos serviam também como dispensa agregando todos os materiais domésticos como: rodos, vassouras, baldes, materiais de limpeza, sem importar com o bem estar da trabalhadora, deixando claro a diferenciação de classe (SOUZA, 1980)

O lugar ocupado pelas empregadas domésticas na casa, servia como uma forma implícita de educação sobre as diferenças de classe para as crianças da casa (BRITES, 2000), considerando que muitas vezes essas mulheres exerciam o papel de cuidadoras das crianças, e isso criava uma proximidade considerável, mas a distinção dos lugares físicos e do tratamento que os pais davam às empregadas educavam as crianças sobre as diferenças estabelecidas socialmente.

A estrutura da casa, e as dinâmicas de tramitação por dentro da mesma comunicava de forma não verbal a exclusão das trabalhadoras negras do convívio como uma pessoa comum dentro da casa. O acesso pela área de serviço, os banheiros específicos para os empregados, tudo isso comunicava busca comunicar a inferioridade.

4.2 Mulheres negras e luta

Diante do entendimento das condições das trabalhadoras negras domésticas, é importante que seja mencionado neste trabalho que as lutas das mulheres negras contra o racismo e violências de gênero, estavam presentes denúncias da situação de subserviência dos seus trabalhos. Como pontua Lélia Gonzalez (2021) é necessário desmistificar a ideia que se possui de um povo pacífico às opressões sofridas, mulheres negras sempre se organizaram embora invisibilizadas na historiografia por serem negras e por serem mulheres, mas sempre foram aliadas nos movimentos de lutas raciais.

Mulheres negras no período de escravidão se utilizavam de suas posições na divisão do trabalho, por estarem na casa dos senhores e em contato direto e frequente com as crianças resistiam contando histórias que mantinham viva sua cultura, remavam com cantigas que carregavam seus dialetos culturais, manter viva a cultura é uma forma de resistência, enquanto os colonizadores tentavam extrair a todo custo sua identidade (GONZALEZ, 2021)

Na pós abolição surgiu o Movimento Negro como resposta aos preconceitos vivenciados pelos negros nas novas dinâmicas sociais, Petrônio Domingues ao fazer uma análise das fases do movimento pontua sobre a presença expressiva de mulheres negras,

compondo a maior parte da Frente Negra, embora nos jornais a maioria das falas sejam de homens, Domingues pontua que essas mulheres não apenas compunham o movimento como eram engajadas nas causas (DOMINGUES, 2007).

Na Frente Negra Brasileira as mulheres negras tomavam a frente em alguns projetos como por exemplo “A cruzada feminina” onde mulheres negras eram mobilizadas a prestar serviços assistencialistas, e também a “Rosas Negras” que estava mais associada à promoção de eventos ligados à cultura.



Grupo Rosas Negras (foto: Portal Geledés)

Lélia Gonzalez pontua a importância das mulheres negras no movimento negro unificado, explicando que as mulheres faziam parte dos debates teóricos e também dos trabalhos comunitários nas favelas, periferias e prisões, desenvolvendo projetos voltados para o público infantil e adultos, e também ressalta a importância da atuação dessas mulheres na desmistificação da figura colonialmente construída da mulher negra hipersexualizada endossada nos períodos carnavalescos, e alvo de sexismo e racismo o ano inteiro (GONZALEZ, 2021).

Portanto, a partir das discussões propostas neste capítulo conclui-se que mulheres negras na pós-abolição ocuparam um lugar de servidão, repetindo padrões da colonização, e sendo expostas a um ambiente de trabalho onde o reforço da hierarquia social era constante, sendo lembradas cotidianamente do lugar de subserviência que ocupavam. Além disso, foi compreendido neste capítulo as barreiras sociais que impediam o acesso de mulheres negras à educação e consequentemente a coerção de aderir aos trabalhos

subalternizados. E sobretudo, a sabotagem sofrida por essas mulheres dentro do próprio Movimento Negro, que embora tivessem significativa relevância, nunca eram apresentadas como líderes e reconhecidas de fato.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no material apresentado nesta pesquisa, é reconhecido a intersecção de gênero e raça no contexto de opressões sofridas por mulheres negras, isso foi evidenciado em diversos momentos na pesquisa, como por exemplo a posição de homens negros como líderes designarem à mulher negra o papel da educação e cuidado dos filhos baseado no gênero e no papel social da mulher, inclusive ditados pela lógica ocidental e aderida por homens negros.

Mulheres negras, devido ao atravessamento do gênero e raça serviam em suas casas, e nas casas dos patrões. Como mostraram os jornais e o material bibliográfico, mulheres negras majoritariamente ocupavam os empregos de domésticas, zeladoras, babás, ou trabalhos no campo, sendo desvalorizadas continuamente e oprimidas.

Foi possível perceber a manifestação das percepções sexistas acerca do corpo da mulher escravizada, reafirmando que a abolição da escravidão não mudou a estrutura ideológica da qual a sociedade foi fundamentada, assim como a estrutura econômica também permaneceu sustentada pela exploração do povo negro, sobretudo mulheres negras, isentas de quaisquer privilégios dentro de uma sociedade racista e patriarcal.

A pesquisa hemerográfica foi relevante, pois possibilitou o estudo de uma fonte primária, de forma que a pesquisa apresenta as opiniões e pensamentos que demonstram de forma muito clara as percepções sociais e políticas, a partir dos atores sociais da época. A linguagem utilizada, a forma com a qual se referiam, a forma como as questões eram abordadas, tudo isso foi relevante para a compreensão do que se passava.

É de extrema relevância o debate levantado neste trabalho pois, reconstrói um caminho de construções ideológicas que refletiu numa contínua desvalorização de mulheres negras, e aqui levanto a reflexão sobre a contemporaneidade, mulheres negras ainda compõem a maior parte dos trabalhadores do setor do cuidado (HIRATA, 2020). Ser uma mulher negra que ocupa espaços diferentes dos historicamente destinados, ainda é considerado uma atitude subversiva, portanto este trabalho ainda é presente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- CLÓVIS MOURA. Sociologia do Negro Brasileiro. São Paulo. Editora Ática, 1988.
- HOOKS, Bell. E eu não sou uma mulher? : mulheres negras e feminismo. 4ª ed. Tradução Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.
- INGOLD, Tim. "Humanidade e Animalidade". Revista Brasileira de Ciências Sociais, ano 10, n. 28 São Paulo, 1995
- GONZALEZ, Lélia. Por um Feminismo Afro-Latino-Americano. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- CARNEIRO, Sueli. Dispositivo de racialidade: A construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023
- KILOMBA, Grada. Memórias da Plantação. Episódios de Racismo Cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- SANTOS, G. A. DOS .. Selvagens, exóticos, demoníacos: idéias e imagens sobre uma gente de cor preta. **Estudos Afro-Asiáticos**, v. 24, n. 2, p. 275-289, 2002.
- FERNANDES, Florestan. A integração do Negro na sociedade de classes. Dominus Editora. São Paulo, 1965.
- FREYRE, Gilberto. Casa-Grande e Senzala. Editora Record São Paulo, 1992.
- DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016.
- URSULA. A Escrava. Belo Horizonte: PUC Minas, 2004
- DOMINGUES, P.. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007.
- BRITES, Jurema. Afeto, desigualdade e rebeldia–bastidores do serviço doméstico. Tese de doutorado, Programa de pós graduação em antropologia social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 239f. 2000.
- CARVALHO, Marcus J. M de. De portas adentro e de portas afora: trabalho doméstico e escravidão no Recife, 1822-1850. **Afro-África**, n29-30, p41-78. 2003
- SOUZA, Lêda Maria Teles de. Dependência da empregada: o espaço da exclusão. 1991.(Mestrado em Serviço Social)–Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1991.

JORNAIS:

Jornal a Voz da Raça, São Paulo, 1933

Jornal Notícias do Ébano, São Paulo 1935

Jornal Redenção, São Paulo, 1950

Jornal O Menelick, São Paulo, 1917

Jornal O Publicador Maranhense, Maranhão, 1986

A Campanha de Órgãos de Interesses Populares, Maranhão 1982

Revista Senza, São Paulo, 1946

Jornal O País, Maranhão 1919

Jornal Tribuna Negra, São Paulo, 1935

Jornal do Brasil, São Paulo, 1950